

PROBLEMAS DA ECONOMIA BRASILEIRA ¹

JOSÉ NUNES GUIMARÃES

É de todos nós conhecida a frase de um de nossos maiores ministros da Fazenda, o visconde de CARAVELAS, a quem devemos as primeiras medidas tendentes ao estabelecimento de indústrias no país.

Dizia MANUEL ALVES BRANCO, há mais de século: “A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura, a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria”

(J CARNEIRO DA FOUNTOURA — “Tarifas Aduaneiras no Brasil”)

Infelizmente, a visão clara do pioneiro não foi compartilhada pelos que o sucederam na administração da fazenda pública, nem por legisladores, talvez demasiado confiantes nos méritos de uma divisão internacional do trabalho, que inspirou muitos homens de govêrno no século XIX

O panorama da política econômica do segundo Império mostra alternância das idéias alicerçadas no liberalismo econômico com as influenciadas pelo protecionismo, à sombra do qual deveria surgir, segundo seus adeptos, uma estrutura econômica mais sólida, assentada na agricultura e na indústria

A República haveria de pender mais para êste ponto de vista, embora fortes fôssem os ataques dos que julgavam mais conveniente ao enriquecimento do país uma economia tipicamente exportadora de bens primários, em troca dos quais receberíamos a manufatura estrangeira a preços baixos

A Primeira Guerra Mundial convenceu a todos de que a economia complexa é uma fatalidade, contra a qual é impossível se oporem homens e cousas

O eminente homem público general JUAREZ TÁVORA, repetindo conceito de obra anterior, diz, em seu último livro, “considerar superada a disputa entre o *destino agrícola* e o *destino industrial* do Brasil,” acrescentando que

“O nosso problema econômico tem de ser equacionado em termos de *agricultura mais indústria*, somando valores, criando uma corrente única de atividades-fôrças com o mesmo sentido e direção, capazes de assegurar, por sua impulsão potente e harmoniosa, o enriquecimento econômico efetivo e o bem-estar social correspondente a que temos o direito de aspirar, dentro das possibilidades naturais do país”

(JUAREZ TÁVORA — “Organização para o Brasil” — Rio, 1959, p 211)

Na verdade, seria uma visão unilateral a que colocasse o problema de nosso desenvolvimento econômico numa alternativa — agricultura ou industrialização — que seria desmentida pela própria realidade da estrutura produtiva do país, em que, desde quase meio século, se vêm acentuando os traços da atividade industrial ao lado da diversificação da produção agro-pecuária

Agricultura mais indústria é o que vêm realizando, consciente ou inconscientemente, as gerações de homens de empresa, alargando culturas e levantando chaminés,

¹ Seminário realizado na Divisão de Geografia, segundo o seguinte temário:

- 1 Relações entre agricultura e indústria
- 2 Agricultura de exportação, de subsistência e de suprimento de matéria-prima à indústria nacional
- 3 Regime de propriedade e sua repercussão na estrutura agrícola

empurrados por uma força irresistível que os leva a realizar a grande destinação do Brasil, cujos recursos naturais e humanos o predispõem a ser uma das grandes potências do futuro, como bem pressentia o geógrafo GEORGE RENNER, ao dizer que:

“O Brasil e, possivelmente, a Índia mostram indícios de se desenvolverem no futuro em fortes super-estados. Todas as outras restantes nações do mundo ou são pequenas demais ou com poucos recursos, de modo a que possam figurar, com certo relêvo, no futuro equilíbrio de poder político do mundo”

(GEORGE I RENNER — “Theory of World Power and Control” — “Global Geography” — New York, 1944, p. 620)

O instinto de sobrevivência — que é o primeiro dever do Estado, na palavra de PEDRO CALMON — inspirava iniciativa privada e legisladores

EDGARD TEIXEIRA LEITE, em palestra erudita e profunda pronunciada na Escola do Estado-Maior do Exército, sintetizou a evolução do pensamento e da ação que resultaram no estabelecimento de uma estrutura complexa de nossa economia na seguinte frase:

“Foi por isso penosa a estrada percorrida, mas, olhando-se para trás, e o que foi vencido, sentimos o que poderá ser realizado pelos nossos chefes de indústria, que estão ajudando a criar o Brasil vigoroso, econômica e politicamente forte, que é a grande tarefa de todos nós.”

(EDGARD TEIXEIRA LEITE — “Agricultura Mais Indústria” — Rio, 1953, p. 6)

Para um país de múltiplos e extensos recursos naturais, a organização complexa da economia corresponde ao melhor aproveitamento das forças produtivas

LUCIEN BROCARD alude às principais vantagens da diversificação nacional da atividade econômica, apontando para as que derivam da técnica e da economia:

“O desenvolvimento complexo permite, a princípio, utilizar, plenamente, os recursos naturais, os mais das vezes muito variados, fornecidos pelo solo e subsolo do território nacional e regional: produtos agrícolas, matérias-primas minerais, cuja utilização seria suficiente para alimentar uma multiplicidade de indústrias. Se a nação admitisse a possibilidade de dedicar-se, exclusivamente, a uma indústria ou a umas poucas de outras, aqueles recursos permaneceriam inexplorados ou perdidos para a nação; seria o mesmo como se eles não existissem”

(LUCIEN BROCARD — “Principes d’Économie Nationale et Internationale” — Paris, 1929, II vol, p. 3)

A vocação agro-industrial do Brasil enseja-nos o aproveitamento generalizado das riquezas de nosso solo e subsolo, que as recentes prospecções dizem ser bastante aquinhoados de minerais especialmente utilizados na era do avião e das comunicações interplanetárias

Mas não é somente sob o ponto de vista de certo prestígio industrial e fortalecimento militar que deveríamos considerar a conjugação agricultura e indústria. Mais importante que esse aspecto é o processo de expansão global da economia resultante da diversificação da produção no sentido de agricultura mais indústria: o avanço de uma favorece o da outra.

No tempo do visconde de CARAVELAS, os benefícios do progresso da indústria colhidos pela lavoura concentravam-se, exclusivamente, no fato de se ampliarem as vendas dos produtos agrícolas ao setor manufatureiro

Hoje, além da criação de poder aquisitivo da população rural, em virtude da lei de SAY, a industrialização proporciona maquinaria e fertilizantes sobre os

quais se alicerça o aumento da produtividade agrícola, que, todos sabemos, é a premissa de um desenvolvimento industrial que assente em bases sólidas

Máquinas agrícolas e fertilizantes são, portanto, ramos da indústria cujos reflexos sobre a economia rural são diretos e indiretos.

Embora a indústria nacional ainda esteja na fase inicial de suprimento de máquinas motorizadas — tratores, semeadeiras, colhedadeiras, etc — já está ela produzindo grande variedade de boas máquinas a tração animal Na opinião de especialistas, esta é, em muitos casos, superior àquela.

Difundir o uso da máquina, mesmo acionada pelo animal ou pelo homem, é, pois, grande passo no aumento do rendimento *per capita* da produção agrícola

A propósito, o número de tratores em uso no Brasil aumentou de 14 618 unidades, em 1951, para 48 773, no fim do ano passado

Em comparação com alguns outros países de estrutura semelhante à nossa, ainda estamos longe do número de que necessitamos.

TRATORES EM USO

Fim de 1957

PAÍSES	Unidades
Argentina	72 000
Brasil	44 000
México	39 000
Venezuela	9 000
Cuba	13 000
Chile	9 000
Colômbia	19 000

Quanto ao emprêgo de fertilizantes comerciais, a situação da agricultura está melhorando, pois o aumento anual tem sido de cêrca de 100 mil toneladas.

É claro que tal progresso não pode esconder a realidade de ser diminuto seu consumo, tanto mais que parece ser baixo o uso de adubos animais nas próprias fazendas mistas

A mecanização da lavoura, o uso de adubos e outros meios de aumentar a produtividade tiveram como resultado uma melhoria do rendimento *per capita*, cujo índice em 1957 subia a 139, revelando, assim, uma elevação de 39% sobre o de 1948

Tudo indica que o papel desempenhado pela indústria para a obtenção daquele resultado deva ter sido algo sensível

É evidente que outras técnicas de produção — como seleção de sementes, hibridação, etc — devam ter contribuído para o aumento da produtividade agrícola nos últimos anos, em termos genéricos, é claro

Sômente tal elevação do rendimento por trabalhador propiciará a transferência de braços para a indústria sem prejudicar a economia rural

Aliás, o êxodo rural em países de técnica agrícola avançada é conseqüência natural e salutar da melhoria das condições produtivas do setor rural, em que a máquina e a organização da produção reduzem o esforço muscular humano

Nas condições a que nos referimos, o êxodo rural aparece como sintoma de fortalecimento da estrutura econômica, não exigindo, portanto, maior preocupação A transferência do trabalhador rural da atividade primária para a secundária deverá ser, normalmente, conseqüência de maior uso de capital, no sentido de máquinas, fertilizantes; de melhoria da técnica produtiva, enfim, na economia dos campos. Se, porém, o êxodo fôr causado por motivos de ordem predominante-

mente institucional, então representará um estado patológico da economia, reclamando sério e drástico corretivo

A título ilustrativo, apresento dados compilados, há alguns anos, pelo meu dileto amigo e grande mestre, professor EUGÊNIO GUDIN, sobre a porcentagem do emprêgo na agricultura, nos três últimos censos:

EMPRÊGO NA AGRICULTURA EM % DO TOTAL

ESTADOS	1920	1940	1950
Rio de Janeiro	68	54	41
São Paulo	63	55	45
Piauí	75	71	68
Minas Gerais	79	73	67
Rio Grande do Sul	65	65	59

O ritmo de industrialização e elevação da produtividade agrícola justificam a queda de ocupação rural em S Paulo e simultâneo aumento global da produção agrária. O mesmo se poderia inferir do estado do Rio Grande do Sul, onde a mecanização da cultura rizícola e outras tem feito grandes progressos. Já o mesmo, talvez, não se possa afirmar dos três outros estados, principalmente o estado do Rio, em que a industrialização deve ter tirado da agricultura porcentagem sensível de mão-de-obra sem ter havido compensação suficiente por parte de maior produtividade. Apesar de não desconhecermos que a pecuária vem transformando as lavouras e matas em pastagens, não acreditamos que ela seja o principal fator da queda da produção agrícola na antiga província fluminense.

Os dados da produção física, que vamos apresentar, parecem indicar que nossa hipótese deve estar muito longe da realidade:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

*Principais safras **

ESTADOS	1940	1950
Minas Gerais	3 235	4 053
Rio de Janeiro	660	432
São Paulo	2 211	4 200
Piauí	1 025	1 888
Rio Grande do Sul	2 209	3 806

Sob o aspecto puramente quantitativo, o problema essencial de nossa economia agrícola, nesta metade de século XX, continua a ser, portanto, o da difusão das técnicas modernas, em tôdas as suas gamas — ecologia, mecanização, conservação de solos, etc

Precisamos reduzir a porcentagem do trabalho rural exclusivamente humano, que o professor HILGARD O'REILLY STERNBERG estimava, em 1955, ainda, em 75%, no volume das principais culturas ("Agriculture and Industry in Brazil" — "The Geographical Journal", vol CXXI, Parte 4, Londres, dezembro de 1955)

Não ignoramos que a mecanização da lavoura representa capitalização intensa, que, no momento presente, é extraordinariamente onerosa. Segundo o ilustre

secretário da Agricultura de São Paulo, COUTINHO NOGUEIRA — em conferência realizada sexta-feira passada em São Paulo — um tator que equivalia a 1 258 arrôbas de algodão em 1956 passou a valer no ano fundo 2 110 Uma tonelada de adubo custava, há algum tempo, em média, 66 quilos de café verde; hoje subiu a 156. Todavia, teremos que vencer essas dificuldades, porque sem a introdução de processos modernos será impossível ao nosso país competir nos mercados internacionais de bens primários e fornecer alimentação abundante e barata a uma população cujo ritmo de crescimento é dos mais fortes do mundo.

Do ponto de vista do poder aquisitivo da população rural brasileira — que é o principal consumidor da manufatura nacional — o progresso técnico significa, simultaneamente, maiores salários reais para os operários da indústria e maior capacidade de compra dos agricultores. A abundância dos produtos agrícolas, graças ao aumento do rendimento do trabalho, enseja mais elevada renda global ao produtor, o que, em linguagem econômica poderíamos chamar de maior volume de bens à disposição da coletividade social.

Nesse caso, verificar-se-ia a observação de JEAN BAPTISTE SAY: mercadorias pagam-se com mercadorias ou, em outras palavras, a oferta cria a procura.

A verificação dêsse fato, que, a muitos, se apresenta como lei, é mais visível no setor da agricultura de subsistência e de suprimento de matéria-prima ao nosso parque industrial. Tendo como quase exclusivo mercado de consumo a população campesina, é evidente que a expansão da indústria brasileira depende em elevada porcentagem da produção rural destinada ao mercado interno, embora a renda proporcionada pelos produtos exportáveis represente parcela ponderável no poder aquisitivo da atividade primária.

No ano passado, o valor global das safras dos três produtos líderes de nossa exportação — café — cacau — algodão — cifrou-se em 76 bilhões de cruzeiros, isto é, quase 37% do valor total da produção, que se situou em torno de 205 bilhões.

Considerando, porém, que, em média, 25 a 30% da safra do café, 20 a 30% da do cacau e 70% da de algodão são consumidos internamente, chegamos à conclusão de que as grandes lavouras de exportação devem concorrer com 25% do valor da produção global da agricultura, cabendo, portanto, os 75% restantes às outras lavouras.

Se somarmos ao valor da agrícola o da produção animal — restrita à carne, ao leite e seus derivados, estimados, em 44 550 milhões de cruzeiros — a porcentagem de participação da atividade rural destinada, precipuamente, ao consumo interno atingirá cerca de 80% da importância total do setor agro-pecuário.

Todavia, cumpre não esquecer que a importância de nosso intercâmbio com o exterior não pode ser avaliado unicamente pelos valores percentuais da renda agrícola do país.

Seus reflexos sobre toda a nossa vida econômica são, por demais, evidentes para que aferissemos aquela influência unicamente pelo volume de moeda nacional relativo aos nossos suprimentos ao estrangeiro. O papel das exportações na economia nacional — nunca é demais proclamá-lo — continua a ser o de seu motor, de seu primeiro impulso, de gerador de rendas.

São elas que permitem obter os produtos essenciais à nossa vida: combustíveis, máquinas, produtos químicos, etc.

Por isso, devemos lembrar, a todo instante, que as exportações são imprescindíveis ao nosso desenvolvimento econômico. Dizer que precisamos exportar mais porque desejamos ampliar nosso parque industrial poderia parecer paradoxal, se uma análise minuciosa não evidenciasse que, à medida que um país se industrializa, mais necessidade tem dele de importar.

E mais dependente do suprimento externo se torna, porque, quando não for pela quantidade, o será pela qualidade.

No caso do Brasil, por ambos êsses motivos, embora as matérias-primas fornecidas pela agricultura, praticamente, satisfaçam o setor industrial.

Quanto à alimentação, as compras ao exterior não iam além de 10 a 15% de nossas exigências, em 1955, o que prova têmos atingido relativa porcentagem de auto-suficiência em matéria alimentar.

Se a quantidade produzida dentro do país é ou não suficiente é outro problema. Pelo menos, aquela porcentagem mostra que temos elementos para atingirmos o grau de auto-abastecimento da Argentina (95 a 99%), conforme indicação de um estudo feito no ano passado pelo Serviço de Pesquisas Econômicas do "The Chase Manhattan Bank", de Nova Iorque ("Latin-American Business Highlights" — Dezembro de 1958)

É bem verdade que, para elevarmos êsse grau de independência econômica em matéria de alimentação, é indispensável a solução do problema de armazenagem e transportes, uma das grandes preocupações, aliás, do poder público.

O antigo secretário da Agricultura do estado do Rio e membro ilustre do Conselho Nacional de Economia — que lhe deve vários e profundos estudos sobre questões fundamentais da economia nacional — Dr. EDGARD TEIXEIRA LEITE, avaliou em cêrca de 30%, em cada colheita, a média global de perda de cereais de consumo corrente na antiga província fluminense.

Roedores, fungos, parasitas, tôda uma série de inimigos dos lavradores aproveitam-se de nosso desaparelhamento de defesa da produção colhida.

Talvez, sômente o índice de perdas de certas regiões da Índia ultrapasse o nosso. Por aí se vê que produzir não é um monômio e sim um polinômio de vários têrmos: transporte, armazenamento, expurgo, seleção, ecologia, organização comercial.

Neste ponto, tocamos o último item desta singela palestra, por sinal aquêle mais estranho ao pouco que sabemos do tema proposto: o regime de propriedade e repercussão na estrutura agrária.

Confesso que, mesmo que tivesse tido tempo e calma para preparar algo sôbre tal assunto, não me atreveria a falar, porque é completa minha ignorância numa das mais sérias polêmicas que vêm agitando a humanidade desde o estabelecimento dos primeiros grupos humanos.

A propriedade da terra é o eterno *pivot* em redor do qual giram, de par com justos anseios, desmedidas ambições políticas.

O que se compreende perfeitamente, porque, nas palavras de SIMIAND:

"Os regimes da agricultura caracterizam-se por sua relação à terra (exploração direta, arrendamento, parceria), ao passo que os regimes da indústria são caracterizados por relações entre homens"
("Cours" — 1930-31, p. 373)

Portanto, as instituições sócio-jurídicas têm, ao que parece, muito mais influência sôbre o próprio volume da produção agrícola do que sôbre a produção industrial.

Contudo, erraria quem pretendesse que o problema se limita à modalidade jurídica da exploração da terra.

Conhecimentos profissionais, crédito, capital e organização comercial assumem importância que, em certos países ou regiões, são, muitas vêzes, mais decisivos na formação da renda agrícola do que o regime jurídico de exploração da terra.

Por isso mesmo, o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos diz com razão que:

"... a eficiência da exploração agrícola depende menos do sistema de exploração do que das qualidades pessoais do agricultor, das características do solo, da suficiência do equipamento e do capital circulante".
("Agricultural Yearbook", 1923 Citado por PIERRE FROMONT — "Économie Agricole" — Paris, 1957, p. 414).

As medidas propostas, há pouco, pelo conspícuo estadista que está à frente do estado de S Paulo, embora não pretendam substanciar uma "reforma agrária", de tal modo irão beneficiar todos aqueles que têm na atividade rural seu ganha-pão, que, em muitos casos, seus resultados poderão ser equivalentes a uma verdadeira reforma agrícola

Já estamos longe do simplismo comunizante de que reforma agrária é exclusivamente partilhar a terra. Há uma gama de considerações e casos entre o latifúndio descapitalizado e o minifúndio inadaptável à mecanização e à produção econômica.

Parodiando SHAKESPEARE, diria que entre aqueles dois extremos há mais realidade do que julgam certos doutrinadores .

Resumo esta singela palestra com os seguintes reparos

Ao decréscimo do rendimento — proveniente, em grande parte, do enfraquecimento do solo — juntam-se outros fatores de ordem técnica (mau selecionamento de sementes, falta de expurgo, etc), de ordem institucional (distribuição, regime jurídico de exploração da terra, organização bancária, etc) e de infra-estrutura econômica (transportes, saneamento, educação, etc), tudo resultando em diminuição relativa das quantidades comerciais

Todos esses fatores atuam no sentido de uma redução da capacidade aquisitiva dos produtores agrícolas, que representam, na maior parte dos países da América Latina, cerca de 60% de sua população ativa

A queda do poder de compra da população rural reflete-se na atividade fabril, que, com raras exceções, produz somente para o mercado interno

Dêsse modo, a baixa produtividade agrícola influi duplamente na pressão inflacionária que vem sofrendo a quase totalidade dos países latino-americanos: eleva diretamente o custo da alimentação básica e, reflexamente, faz subir o custo da manufatura, tornando demasiado oneroso à coletividade o desenvolvimento industrial, que é, aliás, um imperativo sócio-econômico das nações latino-americanas.

Parece-nos, portanto, que, para a maioria das repúblicas da América Latina, o aumento da produtividade agrícola deveria ser o próprio fundamento de qualquer programa destinado ao fortalecimento de suas estruturas econômicas.